



Sociedade, linguagem e modernidade líquida¹

Society, Language and Liquid Modernity

Dr. Zygmunt Bauman (19 de novembro de 1925), é professor emérito de Sociologia na Universidade de Leeds (1972-2004). Bauman é um dos mais eminentes teóricos sociais, escrevendo sobre questões tão diversas como a modernidade, pós-modernidade e modernidade líquida. Ele publicou mais de sessenta livros, incluindo *A cultura como Praxis* (1973), *Modernidade e o Holocausto* (1989), *Modernidade Líquida* (2000), *Vida Líquida* (2005) e *A riqueza dos poucos beneficia a todos nós?* (2013). Bauman foi agraciado com o Prêmio Europeu Amalfi de Sociologia (1992), o Prêmio Theodor Adorno (1998) e o Prêmio Príncipe das Astúrias (2010). A Universidade de Leeds criou o *Instituto Bauman* em sua honra, em 2010.

Dr. Léo Peruzzo Júnior, professor de filosofia na Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR e na FAE Centro Universitário; Editor da *Revista de Filosofia Aurora*.

¹ Entrevista realizada em 18 de agosto de 2015.

Léo Peruzzo Júnior – Estimado professor Bauman, primeiramente eu quero dizer que é um prazer entrevistá-lo. Para começar eu gostaria que você nos falasse sobre a sua trajetória acadêmica. Por que o seu trabalho e ideias são tão seguidos?

Zygmunt Bauman – Eu não sou a pessoa certa para responder essa questão; os meus leitores é que devem ser questionados...

O que posso dizer sobre minhas razões para me envolver com o pensamento e escrita na área da sociologia é apenas que: Passei a acreditar que as histórias contadas pelos sociólogos têm que ser e permanecer estágios da comunicação contínua com a experiência humana; um processo de comunicação recíproca que dificilmente é interrompido; cada história sucessiva é mais um elo na cadeia de trocas não finalizada — e não finalizável. Cada história é uma resposta e uma nova abertura; cada uma delas termina, explicita ou tacitamente, com a fórmula *a continuar*; cada uma é um convite para comentar, discutir, alterar, contradizer ou contrapor. Esse diálogo não conhece nem admite uma divisão em pessoas equivocadas e pessoas realmente por dentro do assunto, ignorantes e especialistas, alunos e professor. Ambos os lados entram na conversa mais pobres do que se tornarão em seu curso.

Por mais de meio século de sua história recente e por causa da busca por ser útil para a razão gerencial, a sociologia lutou para se estabelecer como uma *ciência/tecnologia de não-liberdade*: como uma oficina de desenvolvimento para as configurações sociais destinadas a resolver em teoria, mas mais importante na prática, o que Talcott Parsons memoravelmente articulou como “a questão hobbesiana”: como induzir/forçar/doutrinar seres humanos abençoados/amaldiçoados com o ambíguo dom do livre arbítrio para serem normativamente orientados e para seguirem cursos de ação rotineiramente manipuláveis porém previsíveis; ou como conciliar o livre arbítrio com a disposição para se submeter à vontade de outros, elevando assim a tendência à “submissão voluntária,” observada/antecipada

por Étienne la Boétie no limiar da era moderna ao posto de princípio supremo da organização social. Em suma: como fazer as pessoas *quererem* fazer o que *devem*...

Em nossa sociedade individualizada pelo decreto do destino e, com a cooperação da recente mudança na filosofia de gestão, a sociologia encara uma entusiasmante e instigante possibilidade de passar por uma mudança para uma *ciência/tecnologia de liberdade*: dos meios e formas através das quais indivíduos-por-decreto e *de jure* da modernidade líquida podem ser elevados ao posto de indivíduos-por-escolha e *de facto*. Ou para seguir o exemplo da convocação de Jeffrey Alexander: o futuro da sociologia, ao menos seu futuro imediato, está em um esforço para reencarnar e se restabelecer como *política cultural a serviço da liberdade humana*.

Eu sugeriria que a sociologia tem pouca escolha a não ser seguir a trilha do mundo em mudança; a alternativa seria nada menos que perda de relevância. Mas eu sugeriria também que o dilema em particular da “não-escolha” que nos deparamos hoje não deveria ser motivo de desespero. Muito pelo contrário. Em nossa história curta porém rica em escolhas inevitáveis e crises, uma missão mais nobre, mais elevada e moralmente louvável nunca foi imposta à nossa disciplina com tanta força ao mesmo tempo em que fosse semelhantemente realista — em nenhum outro tempo em que, conforme sugerido por Hegel há dois séculos, é o principal destino das humanidades e vocação permanente a ser adquirida.

A configuração da modernidade líquida lança os indivíduos (e isso quer dizer todos nós) no estado de subdeterminação e incerteza aguda e provavelmente incurável. Como as visões memorizadas e habilidades adquiridas são escassas e muitas vezes equivocadas ou até mesmo levando a ações errôneas, e como o conhecimento disponível transcende a capacidade individual de assimilar, sempre que sua fração assimilada cai como uma regra muito aquém do que o entendimento da situação (o conhecimento de como prosseguir, que é) poderia exigir — a condição de fragilidade, transitoriedade

e contingência se tornou o habitat natural humano pela duração ou talvez por um longo tempo que virá. E assim, é com esse tipo de experiência humana que a sociologia precisa se envolver em um diálogo contínuo.

Sem dúvida, o diálogo é uma arte complicada. Implica envolver pessoas sociáveis com intenção de esclarecer conjuntamente as questões ao invés de fazer cada um do seu jeito; multiplicar vozes ao invés de reduzir a quantidade; ampliar o conjunto de possibilidades ao invés de almejar um consenso no atacado (aquela relíquia de sonhos monoteístas despojado da coerção politicamente incorreta); buscar conjuntamente o entendimento ao invés de visar a derrota alheia; e de modo geral ser animado pelo desejo de manter a conversa ao invés de do desejo de parar em um impasse. Dominar essa arte consome uma quantidade enorme de tempo, mas demanda muito menos tempo do que para praticá-la. Nenhuma das duas tarefas, nem o domínio nem a prática conjunta, promete tornar nossas vidas mais fáceis. Porém elas prometem tornar nossas vidas mais emocionantes e gratificantes, bem como mais úteis para o próximo — e transformar nossas tarefas profissionais em uma viagem contínua e interminável de descobertas.

De qualquer modo, isso é o que estou tentando praticar da minha própria maneira experimental (longe de ser perfeita).

Preciso admitir, no entanto, que minha visão da vocação dos sociólogos não necessariamente coincide com o consenso da profissão. Dennis Smith me descreveu como um “observador por completo”. Seria desonesto da minha parte negar essa denominação. De fato, ao longo de minha vida acadêmica eu não “pertenci” verdadeiramente a nenhuma escola, ordem monástica, círculo intelectual, comitê político ou grupo de interesse. Não solicitei admissão a nenhum deles, nem fiz nada para merecer algum convite; eu nem mesmo seria listado por nenhum deles — pelo menos irrestritamente — como sendo “um de nós”. Eu acho que minha claustrofobia — me sinto desconfortável em lugares fechados, tentado a descobrir o que há

do outro lado da porta — é incurável. Sou condenado a permanecer como forasteiro/observador o tempo todo, pois me faltam as qualidades indispensáveis de alguém de dentro do meio acadêmico: lealdade à escola, conformidade com os procedimentos, disposição para obedecer aos critérios de coesão e consistência endossados pela escola. E francamente eu não me importo...

Léo Peruzzo Júnior – Um tema que surtiu grande efeito colateral é a questão da “Modernidade líquida”. Qual o seu diagnóstico sobre a época que estamos vivendo? O que podemos esperar da humanidade e do futuro, e qual seria o papel da Educação?

Zygmunt Bauman – Sobre a última parte da sua pergunta — o papel da educação — eu expressei minha opinião na entrevista concedida outro dia ao jornal *O Globo*, e não há motivo para repeti-la aqui. Portanto, vou me limitar à questão do “diagnóstico” — embora também de uma forma indevidamente condensada; a questão é ampla demais para argumentar plenamente em uma breve entrevista.

Bem, estamos atualmente em um estado de *interregno*; no meio de um estado no qual estamos abandonando ou sendo abandonados, e algumas novas condições ainda não realizadas e portanto ainda não abertas ao escrutínio empírico. Sabemos o que você está deixando para trás ao sair; mas não podemos dizer com nenhum grau de certeza para onde estamos indo. Seguindo o grande filósofo italiano Antonio Gramsci, eu chamo de *interregno* um estado *transitório* das coisas, um estado no qual os velhos — uma vez testados — modos de fazer as coisas não funcionam mais, ou pelo menos não funcionam tão bem com costumavam funcionar, e por isso sentimos que “as coisas não podem ir muito mais longe do que já estão” — mas novas maneiras efetivas que poderiam substituí-las ainda se encontram em fase de experimentação sem resultado conclusivo;

estão, pode-se dizer, ainda em fase de desenvolvimento — na prancheta. Não podemos ter certeza de qual das maneiras sugeridas se mostrará correta e adequada, e qual precisará ser abandonada após falhar. Em suma: sabemos *de* onde estamos correndo, mas não sabemos *para* onde estamos indo. Estamos avançando — mas sem um destino claro.

Além do mais, não sabemos de fato como antecipar tal destino. Aprendemos a prever as condições iminentes (embora estejamos muito longe de evitar equívocos), por exemplo, mudanças nas preferências políticas de um eleitorado através da medição das atuais “tendências estatísticas” — quais preferências vêm ganhando força e quais estão perdendo popularidade. Mas todas as maiorias começam sendo minorias e, enquanto permanecem “minoritários” tendemos a rejeitá-los e vê-los como marginais, desajustados, completamente insignificantes. Até que eles nos surpreendem se tornando “o principal assunto da cidade” ou “a única opção”... Sem muito aviso prévio, salvo quando descobertos e acreditados por algumas poucas pessoas primorosamente perceptivas e prescientes (também uma minoria *pequena* — e risível — entre os observadores). Eles seriam, no entanto, normalmente reconhecidos e admitidos como tal somente após o fato.

Léo Peruzzo Júnior – Você sugere em seu livro “A Arte da Vida” que o destino, a fatalidade e as circunstâncias que não escolhemos determinam uma grande parte de nossas opções. A esse respeito, existe alguma solução para “viver melhor” no âmbito de uma “modernidade líquida”?

Zygmunt Bauman – Naturalmente faz uma grande diferença se a pessoa nasce em um barraco de pau-a-pique em uma das cerca de 600 favelas do Rio, ou em uma elegante residência em Copacabana, Ipanema ou Botafago. Ter nascido em um lugar ao invés de outro, em um momento histórico ao invés de outro, deve ser listado

como uma questão de “destino” ou veredito irrevogável de “sorte”. Chamamos de “destino” ou “sorte” todos os fatores independentes de nossa própria ação: fatores que estão fora do nosso controle mas que interferem em nossos desejos e intenções — e em longo prazo no itinerário de nossas vidas. A “sorte” estabelece as oportunidades abertas a cada um de nós. Mas em uma sociedade desigual, como a nossa, as chances abertas pela sorte são igualmente desiguais. A “sorte” não determina nossa vida completamente: ela apenas nos expõe a diferentes conjuntos de opções. Para alguns de nós a “sorte” é mais gentil do que para outros, oferecendo um conjunto de opções mais amplo e selecionando as opções consideradas mais atrativas. Ela torna mais fácil para algumas pessoas do que para outras alcançarem posições sociais vistas como dignas, gratificantes, confortáveis e de prestígio; e isso ocorre independentemente de talentos pessoais, méritos e qualidade de caráter. Não é de se estranhar que os trabalhos da sorte/destino sejam amplamente vistos como injustos e injustificáveis — apelando para os erros vistos em sofrendores individuais (ou categorias desses) a serem corrigidos e compensados pela sociedade.

Como você certamente sabe, esse apelo tende a ser, hoje em dia, rejeitado ou no mínimo questionado; os defensores a submeterem a sorte/destino aos caprichos aleatórios dos mercados argumentam que uma sociedade que oferece assistência às vítimas da sorte/destino adverso causa um prejuízo aos assistidos; aliviar as pressões de circunstâncias desvantajosas desabilita as pessoas assistidas ao invés de habilitá-las. No entanto, a única salvação para as vítimas de um destino inóspito está — declaram elas — em seu próprio trabalho duro. Como o grande sociólogo alemão Ulrich Beck resumiu a ideia, agora são os indivíduos que são solicitados a evocar uma solução individual para preocupações socialmente produzidas, utilizando seus próprios meios, competências e (quando apropriado) recursos em seu comando. O modelo ideal para os promotores de tal visão não é o de uma sociedade igualitária, e sim

“meritocrática”, que recompensa cada indivíduo na proporção de suas realizações individuais; vamos observar que o problema da sorte/destino diferenciar radicalmente as oportunidades realistas de tal realização não está muito bem resolvido, e sim varrido *pra* baixo do tapete. Além disso, as consequências da retirada gradual do seguro social contra fatalidades individuais tendem a ser atualmente exacerbadas pelas realidades da condição de vida se deslocando cada vez mais distante da implementação de princípios meritocráticos. Cada vez mais as pessoas buscam em vão empregar suas habilidades, energia e boa vontade — enquanto salários congelados, e muitas vezes defasados, não protegem mais aqueles afortunados que encontraram emprego da pobreza. Além disso, o acesso à educação — tão essencial no caso de nossa “sociedade de conhecimento” desejar abordar algo como o modelo “meritocrático” — está rapidamente se deslocando atualmente para além do alcance dos jovens que desafortunadamente nascem em famílias pobres. De acordo com as mais recentes descobertas, nos EUA por exemplo, 74% dos estudantes que frequentam as faculdades mais prestigiadas são oriundos do quarto mais rico da sociedade, mas apenas 3% vem do quarto mais pobre. Em um crescente número de países o sistema de educação tem se tornado um mecanismo da reprodução estendido de privilégios e privações.

Léo Peruzzo Júnior – Você acredita, então, que o grande projeto da humanidade — o progresso — ainda não foi concluído e dificilmente será?

Zygmunt Bauman – No que as pessoas pensam quando pronunciam a palavra “progresso”? Na linguagem de nossos jornalistas e políticos “progresso” significa elevação dos “produtos domésticos brutos” — o que é veemente contestado por pessoas preocupadas com o futuro de nosso, já excessivamente explorado, planeta. Gestores de nossa economia consumista descreveriam como

“progresso” um aumento na demanda dos produtos que eles oferecem: criação de novas necessidades e desejos, cuja insatisfação torna mais pessoas descontentes (na linguagem dos negócios isso é chamado de “abertura de novos mercados”). No entanto, essas e outras “medidas” ou “índices” de “progresso” são exemplos do que Alfred North Whitehead batizou há quase um século como “conceitos essencialmente contestados”. São contestados porque são tentativas um pouco complicadas (e todas geralmente unilaterais) de traduzir a intenção moderna de tornar o mundo mais hospitaleiro aos desejos, ambições e sonhos humanos em movimentos concretos e mensuráveis que as pessoas que o desenvolvem, praticam e administram acreditam (ou desejam que acreditemos a fim de reafirmar sua própria razão de existência, importância e autoridade) que traria a humanidade mais próxima de tal objetivo. Mas nenhuma dessas traduções até agora sugeriu ser incontestável e ganhou plena e verdadeira aceitação universal; o elo entre os movimentos sobre a oferta e a soma total de felicidade humana está longe de ser plenamente convincente. Em todas as medidas que focamos na promoção do “progresso”, encontramos negligenciados e comprometidos alguns outros valores não menos indispensáveis ao bem estar humano e a uma vida gratificante. Vivenciamos alguns dilemas diariamente — quando o aumento da nossa liberdade reduz nossa segurança, ou, observadamente, um ganho na segurança restringe nossas liberdades...

Você chamou o progresso de “o grande projeto da humanidade”. Se já houve um “projeto” explicitamente articulado para aprovação universal da humanidade ou ao menos implicitamente apoiado pelo todo da humanidade, foi a promessa moderna de implantar ciência e tecnologia para elevar o conforto e a conveniência humana, libertar os humanos do trabalho penoso e esforço excessivo, encurtar a distância de tempo entre o desejo e a realização, e de modo geral tornar os desafios da vida mais fáceis de lidar e as dificuldades postuladas pelo desempenho das tarefas da vida mais fáceis de serem

superadas. Em outras palavras: a promessa de retirar da experiência humana tudo que tenha sido percebido no momento como inconveniente, desconfortável, opressivo, ofensivo, irritante — e de modo geral ressentido e indesejado. O “progresso” entendido como uma marcha para uma vida sem problemas é uma faca de dois gumes. Frequentemente na história moderna outras pessoas foram vistas como causa de problemas. A população nativa das Américas, não vamos esquecer, foi exterminada ou confinada em reservas sob a bandeira do progresso. E a história moderna está longe do fim.

Léo Peruzzo Júnior – A relação entre “Economia”, “Política” e “Tecnologia” levantou crescentes críticas por dissolver as relações humanas e vender uma forma precisa de alcançar a felicidade. Como você vê o ambiente público e as instituições públicas? O que você acha da maneira única, das escolhas que toda pessoa faz?

Zygmunt Bauman – *Felicidade é outro conceito essencialmente contestado.* Johann Wolfgang Goethe, o grande poeta romântico, foi questionado do alto de sua idade avançada se olhando para trás ele considerava ter tido uma vida feliz. Ele respondeu: “Sim, eu tive uma vida muito feliz. Mas não sou capaz de me lembrar de uma única semana feliz”. A mensagem de tal resposta é clara: a felicidade não está em uma vida sem problemas, e sim em confrontar, encarar e responder aos desafios da vida; felicidade não significa ter uma vida fácil, e sim ser capaz de resolver com êxito os problemas da vida. Goethe disse ainda, em um de seus poemas, que “não há nada mais insuportável do que dias intermináveis de sol”...

O desejo de felicidade nesse sentido (isto é, no sentido de superar a dor e o sofrimento resultantes de problemas não resolvidos) parece ser inseparável do modo humano de ser. Essa tendência humana é profundamente e com grande efeito capitalizada pela indústria consumista prometendo a seus clientes-alvo “eliminar a espera”

— oferecendo um atalho para o estado de felicidade, uma felicidade instantânea, “felicidade agora” que pode ser adquirida nas prateleiras das lojas. A busca da felicidade, somos doutrinados pela atual atmosfera alimentada e auxiliada pelo fluxo contínuo de comerciais invasivos, leva em direção às lojas; resumidamente, o tipo de felicidade promovida e propagada em nossa sociedade de consumidores é a compra. Seja qual for a marca das mercadorias que anunciam e vendem, as lojas assumem o status de farmácias, fornecendo medicação para toda e qualquer adversidade da vida. Encarar os desafios da vida é complicado, exige muita energia, boa vontade, habilidade e esforço? Não se preocupe — sugere tacitamente cada comercial — encontre a loja certa com os produtos certos e eles farão isso por você; eles não apenas vão remover o problema que te assombra e atormenta como também o trabalho duro que resolvê-los de outra forma demandaria.

Acredito que esse modelo de felicidade e a receita para sua busca com êxito estão equivocados; são também potencialmente nocivos e perigosos — tanto para o desejo humano de felicidade quanto para a sustentabilidade do planeta, o lar que compartilhamos.

Léo Peruzzo Júnior – É notório que seu pensamento repercutiu em um amplo número de leitores e autores brasileiros. Agradeço pela entrevista, foi um prazer conversar com você. Para encerrar eu gostaria que você ressaltasse o quão grande são os desafios para os caminhos de nossa “sociedade contemporânea”.

Zygmunt Bauman – Já discutimos, embora de forma breve, alguns dos mais evidentes e irritantes entre eles: como a preocupação com a sustentabilidade do planeta causada pelo consumo excessivo de seus recursos ou o crescimento exponencial da desigualdade social gerado pela concentração de riquezas e renda e o restritivo setor mais elevado da hierarquia social. No entanto, a

lista de desafios sequiosos por serem urgentemente confrontados parece aumentar ao invés de diminuir. O fim da estrada (se de alguma maneira concebível) ainda não está à vista. Posso apenas repetir mais uma vez o que já reiterei obsessivamente: vivemos na era do interregno — sabemos ou acreditamos saber *de* onde estamos correndo, mas podemos apenas supor (medo ou esperança) *para* o que estamos correndo.

Recebido: 20/12/2015

Received: 12/20/2015

Aprovado: 06/03/2016

Approved: 03/06/2016